

Ata número **quarenta e três** da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades

Ao vigésimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e uma horas, reuniu, sob a presidência de Maria Elisa Pratas Rodrigues, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, que se realizou no Salão Nobre do edifício da União de Freguesias, em São Martinho do Bispo, Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - Período antes da Ordem do Dia

1. Leitura e aprovação da ata nº 42;
2. Informações do Executivo;

II - Período da Ordem do Dia

3. Prestação de Contas da União de Freguesias referente ao ano 2022
 - a) Relatório de Gestão e documentos;
 - b) Inventário da União de Freguesias;
4. Primeira revisão orçamental - integração do saldo de gerência de 2022;
5. Contratos Interadministrativos - alteração para conhecimento;
6. Toponímia - Atribuição de topónimo para arruamento entre a rotunda Liberato e a rotunda da Espadaneira;
7. Regulamento da Feira 7 e 23 – Alteração e apreciação
8. Proposta de Tabela e Taxas – Semana Cultural de S. Martinho do Bispo - 2023

Antes do período da ordem do dia, após aberta a sessão pela Presidente da Mesa da Assembleia (PA), foi comunicado que Paulo Dias pediu a suspensão do mandato por 365 dias, sendo substituído por Edmundo Pais.

A ata nº 42 foi colocada a votação e aprovada por maioria.

Passando ao ponto 2 - *Informações do Executivo* - o PE tomou a palavra e, após cumprimentar os presentes, fez uma proposta de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Dinis, aprovada por unanimidade, referiu também que devíamos dar um voto de louvor a Paulo Pereira, pela coordenação da AMI na zona centro.

Deu nota de três pontos que não estavam na informação do executivo:

1. Ponto de situação da requalificação da EB1 do Espírito Santo das Touregas, realizada pela Camara Municipal de Coimbra, com bastante contribuição da Junta de Freguesia na oferta de materiais extra caderno de encargos (pinturas e outras logísticas).
2. Informou também que as obras na piscina de São Martinho do Bispo estão praticamente prontas e será aberta ao público muito em breve.
3. Relativamente à obra de requalificação do Parque Infantil de São Bento informou que as obras estavam concluídas.

Ricardo Silva tomou a palavra e questionou por que razão estava o parque infantil das piscinas vedado ao público.

De seguida João Ângelo perguntou o que é que o Executivo achava que se podia fazer a mais nas obras da EB1 do Espírito Santo.

Cátia Almeida pediu informações sobre: o timing da desagregação das freguesias; a posição do Presidente do Executivo sobre os focos de habitação social em Taveiro; a existência ou não de previsão de construção de novos parques infantis pela Câmara Municipal na União de Freguesias. Lançou a proposta para criação de um Facebook da Junta de Freguesia.

O Presidente do Executivo tomou a palavra e respondeu a Ricardo Silva que o parque infantil das piscinas é da competência da Camara Municipal de Coimbra, a João Pinto Ângelo respondeu que, na opinião do Executivo, a escola deveria ter mais duas salas, contudo os professores da escola entendem que assim está a funcionar bem, ficando a proposta para umas futuras obras, pois a escola tem espaço para tal.

Sobre a desagregação de freguesias e respondendo a Cátia Almeida referiu que a Lei é bem clara, sendo uma Lei Quadro vigora no tempo, onde a data de 21 de dezembro de 2022 é o prazo de entrada do processo na Assembleia de Freguesia e não na Assembleia da República, no entanto houve processos que entraram fora dos prazos estabelecidos.

Estes processos entram ao abrigo do artigo 25º do nº 2 da mesma Lei, que possibilita a algumas freguesias poderem reverter para a situação existente em 2013. Referiu ainda que no caso de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades não existia interesse em apresentar um processo neste âmbito, porque o que se pretende há muitos anos é que o enclave dos Carregais, que neste momento pertence a Taveiro, seja incluído na Freguesia da Ribeira de Frades, neste aspeto a Lei é clara, os territórios não podem ser descontínuos.

Em relação à habitação social em Taveiro, retificou a zona onde se vai localizar (Colina das Bicas) que não pertence a Ribeira de Frades. Referiu também que ninguém do Executivo foi questionado sobre a situação.

Sobre os parques infantis clarificou que, por exemplo, o parque infantil de São Bento foi executado através dos contratos Interadministrativos, como está descrito na placa do mesmo.

Com referência à página do facebook, é um não-assunto, porque existem outros meios de comunicar os problemas, dando o facebook azo ao “lavar roupa suja” em público.

Passando ao ponto 3 - *Prestação de Contas da União de Freguesias referente ao ano 2022* - Diogo Cabrita começou por referir que o documento revela a funcionalidade e investimento da Junta de Freguesia e pediu explicação sobre não se ter mais execução de projetos, sobre o aumento de gastos com pessoal e a aquisição de bens. Edmundo Pais pediu a palavra e questionou sobre a taxa do valor de execução de obra realizada (55,10% de execução), também teve dúvidas sobre as despesas de representação e gastos extraordinários (pág. 1 de 6 de Demonstração de Execução Orçamental de Despesa) e ainda na rubrica 07 – Beneficiação, Conservação e Reparação de Cemitérios (pág. 1 de 1 do Plano Plurianual de Investimento 2022), para finalizar questiona os apoios dados nas Bolsas de Estudo, como são pagas, se têm algum apoio das Instituições onde os alunos estão e se o Executivo tem algum controlo sobre essa situação. Cátia Almeida disse que os valores não são exatos e que tem algumas questões; os valores da tabela da pág. 20 não são coincidentes com os valores referidos durante o ano e onde se encontra o código 02.01.206 nos quadros. Na pág. 6 de 6 da Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, quis saber o que são as despesas por pagar do exercício anterior e as obrigações que estavam por pagar. Nas Transferências de Subsídios Concedidos, disse que continua a não bater certo com o que foi dito durante o ano. Pediu também esclarecimentos sobre o pagamento a algumas entidades

(Filarmónica União Taveirense, representante de uma Associação de Pais e mais tarde o pagamento à mesma Associação de Pais).

Na pág. 8 de 32, o pagamento ao Centro Social Paroquial de Taveiro. Não encontra os apoios do Passeio Sénior, Associação “Somos Um” entre outros. João Ângelo questiona sobre a não transferência de dinheiro da Camara Municipal. Ricardo Silva questiona como o Executivo conseguiu o aumento da receita esperada nos cemitérios e feiras.

O PE tomou a palavra começando por responder aos autarcas, por ordem.

O aumento salarial advém do facto de não existirem funcionários com vínculo precário e da necessidade de se ter de recorrer a horas extraordinárias do pessoal uma vez que não há possibilidade de empregar mais colaboradores.

A execução de 55.10% deve-se ao facto de ter, aproximadamente, menos 200.000€ de receita da Camara Municipal de Coimbra para contratos interadministrativos.

As despesas de representação são pagas integralmente pela DGAL e fazem parte, legalmente, do vencimento do Presidente da Junta.

As horas extraordinárias são realizadas quando necessárias e pagas legalmente, no recibo do funcionário.

As obras de investimento no cemitério, podiam ter sido divididas e associadas a outra rubrica, mas o Executivo considerou como investimento, o que, contabilística e legalmente não constituiu qualquer infração. Respondendo a Ricardo Silva o aumento de receita do cemitério teve a ver com a venda dos novos ossários e jazigos. Sobre as bolsas de estudo, estas obedecem a critérios rigorosos e regulamentados, que quem já tinha bolsa de estudo por parte da Instituição de Ensino Superior que frequenta, não foi apoiado pela União de Freguesias. Houve um apoio extra concedido por mérito claro a um candidato e cuja família é muito carenciada.

Alcino Silva tomou a palavra para referir que esta informação foi dada no dia da entrega das bolsas de estudo. Em resposta a Cátia Almeida disse que a classificação tinha, por lapso um erro, sendo a correta 02.01.06, e que, muitas vezes, nas informações do Executivo, os alimentos aparecem incluídos nos apoios às associações. Sobre as despesas do exercício anterior tem a ver com faturas relativas a aquisição de bens e/ou serviços no fim do ano e que só é paga no ano seguinte, o que acontece na despesa e também na receita. Sobre a Filarmónica União Taveirense, O PE explicou a relação da

FUT com a Ribeira de Frades e explicou que o apoio que dá à FUT é no âmbito da colaboração nas Festas de Nossa Senhora da Nazaré.

Relativamente à Associação de Pais da Escola dos Casais, esta não tinha número de contribuinte e por vezes há necessidade de adiantar dinheiro para as suas despesas, como por exemplo a festa de natal ou viagens de estudos, neste caso a verba era entregue a um membro da associação, que se identificava com o seu número de contribuinte, isto enquanto não esteve formada a Associação.

Sobre o apoio ao Centro Social Paroquial de Taveiro esclareceu-se que foi solicitada uma carrinha ao mesmo em virtude da avaria da carrinha do Centro Social Paroquial da Ribeira de Frades e do autocarro da Junta de Freguesia não ter condições para levar os utentes do Centro Social.

Quanto à verba para o passeio sénior foi cabimentada em Locação de material de transporte (02.02.06).

O Grupo de Jovens Somos Um teve uma ação onde possibilita a vinte cinco jovens da freguesia ter situações de intercâmbio durante o verão, de um campo de férias.

O apoio aos grupos folclóricos foi pago a quem manteve a atividade, neste caso só 3 grupos. A João Nuno Ângelo respondeu que não houve a transferência de verba da Camara Municipal de Coimbra pois as obras não estão realizadas. Sobre a receita da feira o que tem acontecido é um aumento de feirantes e utentes.

Depois de esclarecidas todas as questões o ponto 3 foi aprovado por maioria, com a abstenção de Carina Pereira, Cátia Almeida e Edmundo Pais.

No ponto 4 - *Primeira revisão orçamental - integração do saldo de gerência de 2022* - não houve questões e o PE pediu a palavra para explicar que esta revisão orçamental serve para integrar no orçamento de 2023 o saldo existente do ano de 2022. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

No ponto 5 - *Contratos Interadministrativos - alteração para conhecimento* - o PE tomou a palavra para informar que as obras de requalificação da Rua do Gorgulão e Rua dos Brasileiros foram retiradas dos contratos interadministrativos porque a Camara vai executá-las através do seu plano de tapetes.

Altera-se também o valor da requalificação da zona da Associação do Espírito Santo das Touregas, a pedido da Camara, com a justificação de construção de passeios e outras

pequenas alterações ao projeto inicial. O parque de merendas dos Casais do Campo foi retirado por não haver autorização da APA para a sua construção. A pavimentação da Rua das Águas Férreas, Rua da Bela Vista e Largo da Bela Vista saem por se incluírem no plano da Câmara Municipal. A requalificação do fontenário do Ribeiro da Povoia sai por ter um orçamento muito superior ao esperado. A construção de ossários teve a verba reforçada. Foi anunciado também a requalificação da Rua Carminé Miranda e da Rua do Freixo, estando esta última dependente da organização do trânsito.

Diogo Cabrita acha que faltou um pouco de obra “verde” e sugeriu um pouco de influência sobre a degradação do Choupal. O Presidente responde com a impossibilidade de realizar obras devido a alguns espaços estarem sob administração de entidades superiores. O ponto 5 foi posto a votação e aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto 6 - *Toponímia - Atribuição de topónimo para arruamento entre a rotunda Liberato e a rotunda da Espadaneira* - o Executivo apresentou algumas sugestões de nomes para a rua que liga as rotundas da Espadaneira e José Liberato.

Alcino Silva disse que houve um senhor (António Maria Fernandes Silvano) da freguesia que teve algum peso na Revolução de 25 de Abril. A urgência de atribuição de topónimo a este arruamento prende-se com o facto da única casa da rua não receber correspondência. A designação votada e aprovada por unanimidade foi Rua das Oliveiras.

De seguida, no ponto 7 - *Regulamento da Feira 7 e 23 – Alteração e apreciação* - o PE pediu a palavra e explica que as alterações só se vão referir ao ponto 3 do regulamento, onde se quer alterar que se os dias de feira coincidirem com feriados não se alterem, sendo a feira realizada no próprio feriado. Diogo Cabrita disse que o espaço poderia ser melhor aproveitado, não só para feiras tradicionais, como para outro género de feiras, como feiras de velharias. O PE disse que o Executivo tem planos para aproveitar o espaço para outras atividades. A alteração foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Por último o ponto 8 - *Proposta de Tabela e Taxas – Semana Cultural de S. Martinho do Bispo – 2023* - a alteração da tabela deve-se à melhoria de condições que se vão dar aos expositores explicando-se o porquê destas. A alteração foi colocada a votação e aprovada por maioria, com as abstenções de Cátia Almeida e Edmundo Pais.

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas 23:00h, agradecendo a colaboração do PE assim como dos membros da Assembleia e desejando um bom fim de semana a todos os presentes.

Assinaturas:

Maria Elisa Pratas Rodrigues, Presidente da Assembleia de Freguesia

Joana Rita da Costa Balhau, Primeira Secretária

António Jorge Lemos, Segundo Secretário